



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10835.002433/2005-53  
**Recurso nº** 160.433 Voluntário  
**Acórdão nº** **1402-00.580 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 27 de maio de 2011  
**Matéria** IRPJ. RECONHECIMENTO DE DIREITO CREDITÓRIO. COMPENSAÇÃO  
**Recorrente** CAIADO PNEUS LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ**

Ano-calendário: 1999

RESTITUIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DE IRPJ. ESTIMATIVAS NÃO EFETIVAMENTE PAGAS, OBJETO DE COMPENSAÇÃO, CUJO CREDITO TRIBUTÁRIO NÃO FOI RECONHECIDO. Verificado que o reconhecimento do direito creditório, dependia do êxito do pleito interposto em outro processo, cuja decisão administrativa definitiva foi desfavorável ao contribuinte, resta indeferir também este pleito.

Recurso Negado Provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Ausente momentaneamente, o Conselheiro Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira. Participou do julgamento, o Conselheiro Sérgio Luiz Bezerra Presta.

*(assinado digitalmente)*  
 Albertina Silva Santos de Lima - Presidente

*(assinado digitalmente)*  
 Antônio José Praga de Souza – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Antônio José Praga de Souza, Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo, Jaci de Assis Junior, Alexei Marcorin Vivan, Leonardo Henrique Magalhães de Oliveira e Albertina Silva Santos de Lima.

## Relatório

CAIADO PNEUS LTDA recorre a este Conselho contra a decisão proferida pela da 5<sup>a</sup> Turma de Julgamento DRJ/RPO – RIBEIRÃO PRETO-SP em primeira instância, que julgou procedente a exigência, pleiteando sua reforma, com fulcro no artigo 33 do Decreto nº 70.235 de 1972 (PAF).

Em razão de sua pertinência, transcrevo o relatório da decisão recorrida:

Trata-se de Manifestação de Inconformidade interposta em face de Despacho Decisório, em que foi apreciada a Declaração de Compensação de fls. 01/12, transmitida em 09/11/2004, por intermédio da qual a contribuinte pretende compensar débitos de sua responsabilidade com crédito decorrente de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, do ano-calendário de 1999, no valor de R\$ 127.999,49 (fl. 03).

A análise da liquidez e certeza do crédito utilizado na DCOMP, bem como a sua suficiência para a extinção dos débitos nela declarados, foi efetuada pela DRF em Presidente Prudente no Despacho Decisório de fls. 21/22, de 11/11/2005, através do qual a autoridade competente não reconheceu o saldo negativo de IRPJ, não homologando, por conseguinte, as compensações declaradas às fls. 01/12, sob o fundamento de que não poderá ser objeto de compensação o valor objeto de pedido de restituição já indeferido pela autoridade competente da Secretaria da Receita Federal – SRF.

Cientificada do Despacho Decisório em 21/11/2005 (fl. 24), a contribuinte ingressou, em 21/12/2005, com a manifestação de inconformidade de fls. 28/36, acompanhada dos documentos de fls. 37/485, na qual alega, em síntese, que: a) a recorrente em razão de possuir saldo negativo de IRPJ, ano-calendário 1999, no montante de R\$ 129.834,15, compensou-o com os valores devidos a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) nos meses de janeiro, março, maio, junho e julho de 2001; b) o saldo negativo de IRPJ, ano-calendário de 1999, foi objeto de pedido de restituição cumulado com pedido de compensação, conforme processo administrativo nº 10835.000224/2001-41; c) o pedido de restituição foi indeferido sob o fundamento de que não poderia o contribuinte utilizar-se de valores do IRRF dos anos anteriores para apurar o valor devido do IRPJ mensalmente, bem como pelo fato de haver divergência de informação no tocante ao IRRF do próprio ano-calendário; d) o processo administrativo nº 10835.000224/2001-41 encontra-se pendente de decisão administrativa; e) o crédito tributário sob análise, conforme o próprio julgador fez constar na decisão, está intimamente ligado ao resultado da decisão a ser proferida no processo administrativo nº 10835.000224/2001-41, vez que caso restar reconhecido o direito creditório constante do processo administrativo nº 10835.000224/2001-41, os pagamentos de CSLL efetuados, mediante compensação, nos meses de janeiro, março, maio, junho e julho de 2001, serão homologados, resultando, por conseguinte, saldo negativo de CSLL, saldo este objeto de restituição da presente Declaração de Compensação; f) ressalta a necessidade do presente processo administrativo ser apensado ao processo administrativo nº

10835.000224/2001-41, até o seu trânsito em julgado, sob pena de inscrever em dívida ativa e efetuar-se a cobrança de débitos devidamente compensados; g) esclarece que a impugnante atualizou erroneamente, na época das compensações, o saldo credor que possuía, o que acabou gerando compensação a maior nos meses de fevereiro/2003 e março/2003; h) no mês de fevereiro/2003, o valor compensado a maior foi de R\$ 23.058,04 e, no mês de março/2003, caberia o recolhimento do valor integral no montante de R\$ 40.369,34; i) diante de tais erros, juntou cópia dos DARF's dos valores compensados a maior; j) discorre sobre a legalidade do saldo de crédito, no montante de R\$ 129.834,15, a restituir/compensar. Ao final, requer o acolhimento da presente manifestação de inconformidade, reformando-se a decisão de fls. 21/22.

A decisão recorrida está assim ementada:

*RESTITUIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DE IRPJ. ESTIMATIVAS NÃO EFETIVAMENTE PAGAS OU COMPENSADAS. CRÉDITO TRIBUTÁRIO ILÍQUIDO E INCERTO. No cálculo da IRPJ a pagar, é incabível a dedução das estimativas que sejam objeto de declaração de compensação não homologada, tornando o crédito tributário pleiteado em ilíquido e incerto.*

*Solicitação Indeferida.*

Nos fundamentos do acórdão de 1<sup>a</sup>. instância, destaca-se:

(...)

Além disso, cumpre ressaltar que a contribuinte apresentou contra o indeferimento do crédito pleiteado no processo nº 10835.000224/2001-41, crédito este objeto da presente PER/Dcomp, manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto (DRJ/RPO), estando esse recurso pendente de apreciação à data da ciência do despacho decisório de fls. 21/22.

Verifica-se, quanto a esse processo, que a DRJ/RPO, mediante o Acórdão nº 10.344, de 22/12/2005, não acolheu a invocada manifestação de inconformidade, tendo a requerente apresentado recurso voluntário contra o acórdão proferido.

Em razão do recurso, os autos foram submetidos à apreciação do Primeiro Conselho de Contribuintes que, na data de 25/01/2007, decidiu conforme ementa a seguir transcrita:

*IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA – IRPJ – EXERCÍCIO: 1999*

*REPETIÇÃO DE INDÉBITO E COMPENSAÇÃO - Tratando-se de imposto de renda retido na fonte, o pagamento a maior que pode dar azo à repetição só transparece nos casos em que os valores recolhidos por antecipação ultrapassam o montante devido no encerramento do período de apuração correspondente.*

*A luz do Código Tributário Nacional, a compensação de créditos tributários com créditos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública, impõe juízo acerca*

---

*da certeza e liquidez dos valores apresentados pelo requerente. NEGADO PROVIMENTO POR UNANIMIDADE.* (ACÓRDÃO 105-16.262, Recurso n.º 150.415, QUINTA CÂMARA, Relator: Wilson Fernandes Guimarães).

Como o crédito pleiteado no presente processo dependeria, segundo alegação da própria contribuinte em sua peça de defesa, do que se decidesse no processo administrativo nº 10835.000224/2001-41, conclui-se que, considerando o teor da decisão acima mencionada, nada há mais que discutir, uma vez que o crédito tributário que a interessada que ver compensado não é nem líquido e nem certo.

Cientificada da aludida decisão, a contribuinte apresentou recurso voluntário, no qual repisa as alegações da peça impugnatória, afirma que apresentou recurso à CSRF quanto ao processo 10835.000224/2001-41 e, ao final, requer o provimento.

O recurso foi inicialmente distribuído ao conselheiro Benedicto Celso Benicio Junior que declarou-se impedido, consoante despacho à fl. 521-522.

A seguir o processo foi sorteado a este conselheiro.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Antonio Jose Praga de Souza, Relator.

O recurso é tempestivo e preenche os demais requisitos legais e regimentais para sua admissibilidade, dele conheço.

Trata-se de pedido de reconhecimento de direito creditório do IRPJ, ano-calendário de 1999, para compensação com débitos de CSLL.

Conforme asseverado na decisão recorrida, o aludido saldo negativo origina-se em compensações de estimativas devidas no ano-calendário, que ao invés de recolhidas foram também compensadas com IR-Fonte de períodos anteriores, tratadas no processo 10835.000224/2001-41.

Ocorre que o pleito do contribuinte naquele processo foi indeferido pela DRF, pela DRJ e também pela 5ª Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, mediante acórdão 105-16.262, Recurso n.º 150.415.

O contribuinte alega no recurso voluntário deste processo que apresentou recurso para a Câmara Superior quanto àquele litígio.

Compulsando os registros deste Conselho, verifica-se que a CSRF apreciou o recurso especial do contribuinte em 12/08/2008, tendo proferido o acórdão 01-05.994, assim ementado:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ  
Exercício: 1999 RECURSO DE DIVERGÊNCIA - Inocorre a divergência quando as situações fáticas dos processos postos em confronto são distintas. No recorrido além da impossibilidade de compensar o • IRRF com estimativas de anos posteriores o crédito pretendido está desrido de liquidez e certeza. Já no paradigma tal não há dúvida quanto a referida liquidez e certeza.*

*Recurso especial não conhecido.*

Vejamos o relatório e os fundamentos do voto condutor do aludido acórdão da CSRF:

**Relatório**

*(...)*

*Inconformado o contribuinte apresentou o RE de folhas 290/298, argumentando que a interpretação dada em relação à compensação do IRRF de um ano com débitos dos anos posteriores, diverge daquela contida no Acórdão 107-08.073, de 18 de maio de 2.005, cuja cópia fez juntar aos autos.*

*Afirma que os documentos colacionados aos autos são suficientes para a decisão que se declarações de sucedida fossem necessárias do banco de dados da própria SRF poderiam ser obtidos.*

*Diz que o ponto chave da presente questão encontra-se na legalidade, ou não de ter a recorrente utilizado o saldo existente nos anos de 1.997 e 1.998 relativo ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras para compensar-se com o devido a título de renda mensal no ano de 1.999.*

*Afirma que enquanto o acórdão recorrido entende que só os saldos negativos poderiam ser aproveitados o acórdão paradigma entende que não só eles como o IRRF de períodos anteriores não utilizados na apuração do resultado anual podem ser utilizados para compensar tributos a título de antecipação.*

*Afirma que a única diferença seria o título de crédito, num saldo negativo no outro IRRF sobre aplicações financeiras.*

*Cita jurisprudência contida nos acórdãos da própria Câmara 105-15.399 de 10.11.95 e da Primeira Câmara do 1º CC 101-95.930.*

*Pede o provimento do recurso.*

*Através do Despacho 105-345/2007, o Presidente da Câmara recorrida, deu seguimento ao aresto por entender estar presente o dissídio jurisprudencial.*

*Intimado o Procurador da Fazenda Nacional credenciado junto ao 1º CC, apresentou Contra Razões ao RE, onde transcreve parte do aresto vergastado para concluir que o IRRF somente poderia compor o resultado no final do ano que, caso negativo poderia ser objeto de compensação.*

*É o relatório.*

(...)

### **Voto**

(...)

*Pois bem, analisando os arrestos postos em confronto verifico que a divergência jurisprudencial não restou configurada.*

*O acórdão recorrido negou provimento ao recurso voluntário ancorada, em síntese nos seguintes argumentos.*

*- Entende que somente a impropriedade do pedido de IRRF ao invés de Saldo negativo de IRPJ ou CSLL apurado no final do ano, não deve servir de fundamento para sua denegação. (fl. 276 pagina.) E completa: "...é importante notar que, para que se reconheça como válidos os recolhimentos efetuados por antecipação, à luz da legislação que rege a matéria, algumas verificações devem ser empreendidas." Passa a listar as providências necessárias para validar os créditos no 4º § da folha 276.*

*A seguir confirma a decisão de Primeira instância e dá como motivação central e final para a denegação do pedido, ou seja, para o improviso do pleito a ausência de liquidez e certeza. Acrescenta ainda a esse argumento o fato de haver saldos da incorporada Caiado Recauchutagem Ltda, que decorrem de retenções feitas nos anos-calendário de 1.994 a 1.997.*

*Já no acórdão paradigma, 107-08.073, a única motivação para o não deferimento do pleito pela Autoridade de Primeira Instância, que foi reformado pelo referido*

---

*acórdão foi o fato das retenções se referirem a período diverso daquele em que se pretendeu realizar as compensações.*

*Analisando os arrestos postos em confronto verifica-se com facilidade que a divergência jurisprudencial não se estabeleceu, eis que além da matéria sobre a qual o contribuinte interpôs o apelo, matérias de fato como a incerteza e liquidez presentes no atacado não figuram no acórdão paradigmático.*

*Assim qualquer decisão da CSRF a respeito da possibilidade de se compensar o IRRF de um período com as antecipações do ano seguinte, ficaria ainda as questões levantadas pelo relator no acórdão atacado quanto às providências necessárias para conferir a liquidez e certeza ao crédito, assim restaria uma ilíquida.*

*Concluindo as situações fáticas dos acórdãos postos em confronto são distintas, logo inexistente o dissídio jurisprudencial.*

*Assim, embora tenha outrora em Despacho monocrático entendido haver dissídio jurisprudencial, examinando melhor nesta oportunidade vejo que de fato a divergência não se estabeleceu.*

*Pelo exposto, deixo de conhecer do RE. ”*

Registre-se que as alegações do contribuinte quanto ao direito creditório IR-Fonte dos períodos anteriores, cuja compensação foi pleiteada em 1999, já foram objeto de apreciação no processo 10835.000224/2001-41, logo, não cabem ser aqui reapreciados.

Registre-se que a aludida decisão no processo 10835.000224/2001-41 foi definitiva na esfera administrativa.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

*(assinado digitalmente)*  
Antônio José Praga de Souza